

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20212/2019, DE 24 DE SETEMBRO, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20212/2019, de 24 de setembro, divulgou o entendimento que foi sancionado pelo Despacho n.º 398/2019-XXI, de 13 de setembro, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, quanto à aplicação temporal da nova redação do artigo 67º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), introduzida pela Lei n.º 32/2019, de 3 de maio [↗](#).

LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 206/2019, DE 20 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Resolução n.º 206/2019, de 20 de setembro, recomendou o Governo a dar orientações à Administração Tributária e Aduaneira para interpretar os números 1 e 2 do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado no sentido de considerar isento do pagamento deste imposto os testes genéticos de paternidade [↗](#).

LEI N.º 120/2019, DE 19 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 120/2019, de 19 de setembro, estabeleceu os mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852, do Conselho, de 10 de outubro de 2017 [↗](#).

LEI N.º 119/2019, DE 18 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, alterou diversos códigos fiscais [↗](#).

LEI N.º 118/2019, DE 17 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, modificou os regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas [↗](#).

LEI N.º 114/2019, DE 12 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro, procedeu à décima segunda alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais [↗](#).

LEI N.º 100/2019, DE 6 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, aprovou o Estatuto do Cuidador Informal, alterou o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que instituiu o Rendimento Social de Inserção [↗](#).

LEI N.º 98/2019, DE 4 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro, alterou o Código do IRC em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos [↗](#).

LEI N.º 93/2019, DE 4 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro, introduziu diversas alterações legislativas, nomeadamente, ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, introduzindo uma contribuição adicional por rotatividade excessiva, prevista no artigo 55º-A [\[↗\]](#).

LEI N.º 91/2019, DE 4 DE SETEMBRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 91/2019, de 4 de setembro, estabeleceu o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o tribunal dos conflitos [\[↗\]](#).

PORTARIA N.º 287/2019, DE 3 DE SETEMBRO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA JUSTIÇA

A Portaria n.º 287/2019, de 3 de setembro, alterou a Portaria n.º 112-A/2011, de 22 de março, estabelecendo que a apresentação de impugnação arbitral relativa a atos tributários fundados na cláusula geral anti abuso depende de prévia apresentação de reclamação graciosa, tal como previsto para efeitos de impugnação judicial [\[↗\]](#).